

O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 14 de julho de 2008

País do futuro ou do presente?

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Os egos mais sensíveis devem ter sido inflados pelos elogios do Financial Times ao Brasil e até pelos beijos de Bush em Lula e em Celso Amorim. Algum realismo, entretanto, recomendaria tanto um estudo mais detido do retrospecto de Bush como beijoqueiro quanto uma leitura mais cuidadosa do Financial Times.

Outros beijos de Bush já foram objeto de cobertura detalhada na imprensa mundial. Será que Bush já beijou Putin? A internet não registra o evento, embora beijos comemorativos entre homens sejam tradição eslava. Há ranço de condescendência no gesto do presidente dos EUA. Certos segmentos da coalizão governista no Brasil terão dificuldades em digerir o afago. Combina mal com política externa que se pretende "ativa".

O suplemento especial do Financial Times (8/7/2008) foi fartamente comentado na imprensa, mas há aspectos que merecem ser retomados. Não há dúvida de que o conjunto de textos consagra a "redescoberta do Brasil". O País estaria "surfando uma grande onda de (maior) confiança", com base nos resultados de políticas macroeconômicas prudentes e na disponibilidade de recursos naturais. Mas a sustentabilidade da confiança depende das possibilidades de controle da inflação e de aceleração do ritmo de crescimento.

As ameaças latentes à adoção continuada de política macroeconômica coerente merecem apenas registro casual no suplemento, embora sua contenção seja pré-requisito evidente para que se sustentem os "ânimos vitais" keynesianos. É difícil, mesmo com otimismo exacerbado, fugir à constatação de que, a despeito dos avanços, a economia brasileira está ainda em liga diferente dos outros membros do grupo dos Brics, quando se leva em conta o ritmo de crescimento. O problema é contornado pelo jornal de forma elegante, mas não totalmente convincente, por assertiva inicial de que o Brasil "talvez" seja o país Bric que mais "esteja na moda". A tradução dessa formulação enigmática parece ser que o Brasil é de novo visto seriamente pelos mercados como o país do futuro.

Entretanto, moda à parte, para ser o país do presente, e não do futuro, deverá crescer a taxas bem superiores às atuais. Para isso não há alternativa senão elevar substancialmente a Formação Bruta de Capital Fixo. O suplemento menciona o "salto" desde 2007 - de 16,9% do PIB para 18,3%. Desempenho não muito além de medíocre, quando se leva em conta o objetivo de ultrapassar 25% do PIB em 2015, números ainda bastante inferiores aos referentes à Índia e à China.

Sem reformas econômicas adicionais, o objetivo de aumento significativo da Formação Bruta de Capital Fixo é inalcançável. O reconhecimento deste fato levou o jornal londrino a ouvir policy makers que poderiam estar envolvidos na elaboração de um programa de reformas, caso o governo abandonasse a sua inércia quanto ao assunto. O ministro da Fazenda, sugerindo implicitamente que não há necessidade de reformas adicionais, saiu pela tangente e afirmou que tanto o déficit previdenciário quanto a folha de salários do governo caíram como porcentagem do PIB desde o ano passado. Parece estar faltando alguém que esclareça ao ministro qual a diferença entre fatores estruturais e circunstâncias conjunturais. Não adianta tapar o sol com peneira.

Já o ministro Paulo Bernardo respondeu que o governo estaria privilegiando as reformas microeconômicas em detrimento das reformas macroeconômicas. O ministro foi bastante elástico na enumeração das reformas microeconômicas: flexibilização do resseguro, propostas futuras de aprimoramento de políticas de concorrência, até mesmo a substituição da ministra do Meio Ambiente foi arrolada em meio às "reformas", em vista da expectativa de aceleração da emissão de licenças ambientais para projetos de infra-estrutura. Entretanto, todas essas reformas, tal como as importantes políticas de redistribuição de renda, têm impacto apenas indireto ou de prazo bastante longo sobre o ritmo de crescimento. O ministro do Planejamento manifestou preocupação quanto à ausência de reformas "macroeconômicas" e mencionou explicitamente como desejáveis a retomada da agenda de reformas previdenciárias e do mercado de trabalho, bem como corte de gastos públicos. Sem retirar o crédito do ministro por sua visão mais lúcida das prioridades, fica a impressão de que o aprofundamento das reformas conta com escassa sustentação política no governo.

Lula revelou-se, por um lado, magnífico gestor da herança de reformas recebidas de governos anteriores, em particular quanto à política monetária: em meio a ranger de dentes, o Banco Central tem sido capaz de manter-se como ilha de seriedade. Por outro lado, a coalizão governamental tem demonstrado nos últimos seis anos singular esterilidade quando se trata de propor reformas estruturais. A coalizão governamental está levando ao limite a arte de evitar reformas "macroeconômicas" adicionais que possam ter impacto significativo no médio prazo sobre o crescimento da economia.

A seriedade do governo em relação a formulações de longo prazo pode ser aquilatada com base na decisão de transferir parte significativa de seu "think tank" da alçada do ministro do Planejamento para a do inacreditável Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, e optar por tripular órgãos de formulação estratégica com gente empenhada em desmontar o que se conseguiu montar a duras penas em mais de quatro décadas. Se depender da propensão a reformar do atual governo, o Brasil continuará a ser do futuro.

***Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**